



Boletim Trimestral de Concessões – 3.º Trimestre de 2015

U T A P

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Conteúdos

1. Sumário Executivo.....	6
2. Factos relevantes.....	8
2.1 Sector Energético.....	8
2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural.....	8
2.2 Sector Portuário	10
2.2.1 Processo de renegociação dos contratos de concessão portuária	10
2.3 Sector dos Transportes Públicos.....	10
2.3.1 Lançamento do concurso público de subconcessão dos sistemas de transporte do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris)	10
2.3.2 Concurso público da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. e Sistemas de Transporte da Metro do Porto, S.A.	11
2.4 Sector das Águas e Resíduos.....	11
2.4.1 Novo Modelo organizacional do Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP)	11
2.4.2 Reprivatização da Empresa Geral de Fomento (“EGF”)	12
2.5 Outros sectores	12
2.5.1 Oceanário de Lisboa.....	12
3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário	14
3.1 Tipologia dos fluxos financeiros	14
3.2 Evolução dos fluxos financeiros	14
3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros acumulados	14
3.2.2 Evolução dos fluxos financeiros do trimestre.....	17
4. Anexos	21

Índice de Quadros

Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias.....	7
Quadro 2 – Receitas acumuladas da administração portuária até setembro de 2015 e de 2014.....	15
Quadro 3 – Movimento de Carga Total acumulado das concessões portuárias até setembro de 2015 e de 2014.....	15
Quadro 4 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias do 3º trimestre de 2015 e 2014	17
Quadro 5 – Movimento de Carga Total acumulado das concessões portuárias do 3º trimestre de 2015 e 2014.....	17
Quadro 6 – Receitas da administração portuária por concessão	20
Quadro 7 – Identificação das concessões das Águas.....	21
Quadro 8 – Identificação das concessões dos Resíduos	21
Quadro 9 – Identificação das concessões no sector dos Portos	22
Quadro 10 – Identificação das concessões para o Gás Natural.....	23
Quadro 11 – Identificação das concessões para a Eletricidade	23
Quadro 12 – Identificação da concessão Hídrica.....	23
Quadro 13 – Identificação da concessão Aeroportuária.....	24
Quadro 14 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 3.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga.....	24
Quadro 15 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 3.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga.....	25

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2012 a 2015.....	16
Gráfico 2 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por administração portuária no 3.º trimestre de 2015	18

Siglas

1T 2015	1.º Trimestre de 2015
2T 2015	2.º Trimestre de 2015
3T 2015	3.º Trimestre de 2015
2015 P	Previsão para 2015
AC 2015	Valor acumulado de 2015
AC 2014	Valor acumulado de 2014
ADENE	Agência para a Energia
AdP, S.A.	Águas de Portugal, S.A.
AdP	Águas de Portugal
APL	Administração do Porto de Lisboa, S.A.
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DRE	Diário da República Eletrónico
EGF	Empresa Geral do Fomento, S.A.
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
M€	Milhões de Euros
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
Parpública	Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.
PETI3+	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
REN	Rede Elétrica Nacional
REN SGPS	REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
RESP	Rede Elétrica de Serviço Público
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SNGN	Sistema Nacional de Gás Natural
TML	Terminal Multipurpose de Lisboa
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
Var. 2015/2014	(ou Δ 2015/2014) Variação ocorrida entre o ano de 2015 e o ano de 2014

Notas metodológicas

No presente boletim trimestral são apresentados, de forma sistemática, os valores dos encargos e das receitas com as concessões de diversos sectores de atividade (nomeadamente, águas, resíduos, sector energético, portos e aeroportos).

Os valores dos fluxos financeiros indicados no presente boletim foram recolhidos junto das entidades gestoras dos contratos públicos e nos respetivos *websites* e/ou boletins/relatórios de atividade.

Com efeito, a responsabilidade pela veracidade e coerência dos dados e valores aqui apresentados é, em primeira instância, das respetivas entidades gestoras que os disponibilizaram.

No âmbito da análise e leitura dos valores objeto do presente boletim, importa tomar em consideração o seguinte:

- Os valores incluem IVA à taxa legal em vigor; e
- Os valores apresentados são arredondados à unidade mais próxima.

1. Sumário Executivo

A UTAP, entidade sob a tutela do Ministério das Finanças, tal como criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, apresenta, por solicitação expressa da mencionada tutela, o boletim informativo das concessões, relativo ao 3.º trimestre de 2015, o qual procura fornecer uma visão sumária e sistematizada da informação considerada relevante em determinadas concessões dos sectores portuário, energético, das águas e resíduos e aeroportuário, sem prejuízo de demais publicações ou informação da responsabilidade de outras entidades competentes em cada um dos mencionados sectores.

No 3.º trimestre de 2015, e no que ao sector portuário diz respeito, cumpre destacar que se mantiveram em curso as negociações dos contratos de concessão portuária, bem como os estudos de avaliação da sustentabilidade económico-financeira de alguns investimentos de expansão nas áreas concessionadas do porto do Douro e Leixões.

No que concerne aos fluxos financeiros do sector público com as concessões, destacam-se as receitas relativas ao sector portuário, referentes sobretudo às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos portos analisados (os portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines), tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão celebrados entre estas e as respetivas autoridades portuárias.

No 3.º trimestre de 2015, as receitas auferidas pelas administrações portuárias relativamente aos terminais concessionados registaram um decréscimo, da ordem dos 3%, face ao período homólogo de 2014, ascendendo a 17.448 milhares de euros. Destaca-se, pela sua importância em termos de peso relativo no total das receitas portuárias (36%), o caso dos portos do Douro e Leixões, onde se assistiu a uma diminuição da receita portuária na ordem dos 3%. Salienta-se ainda que todas as outras administrações portuárias com exceção da de Sines, apresentaram um decréscimo das receitas, face ao período de referência.

Na origem desta evolução, encontra-se sobretudo o impacto de alguns fatores que afetam a comparabilidade dos valores, nomeadamente as diferenças ao nível da cadência de pagamentos das concessionárias (tal como verificado, nomeadamente, no porto do Douro e Leixões), uma vez que ao nível do movimento global de mercadorias (incluindo as contentorizadas) nos terminais concessionados dos portos objeto de análise (com exceção do porto de Setúbal e de Aveiro¹) assistiu-se a um crescimento, da ordem dos 7%.

¹ Tal como se apresenta no *Quadro 14* dos anexos deste boletim.

Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T 2015	2T 2015	3T 2015	Peso no Total (3T)	3T2014	Δ 3T2015 / 3T2014
Douro e Leixões	7.558	7.472	6.341	36%	6.567	-3%
Sines	3.836	5.283	5.621	32%	5.199	8%
Lisboa	3.688	4.701	3.685	21%	4.384	-16%
Setúbal	1.555	1.717	1.680	10%	1.696	-1%
Aveiro	120	119	121	1%	132	-9%
Total	16.758	19.293	17.448	100%	17.978	-3%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Sector Portuário	AC 2015	Peso no Total (AC 2015)	AC 2014	AC 2015 / AC 2014	2015 P	% Execução
Douro e Leixões	21.372	40%	21.808	-2%	28.077	76%
Sines	14.741	28%	13.404	10%	18.886	78%
Lisboa	12.074	23%	12.011	1%	18.935	64%
Setúbal	4.953	9%	5.015	-1%	6.780	73%
Aveiro	359	1%	342	5%	460	78%
Total	53.499	100%	52.580	2%	73.138	73%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Em termos acumulados, os fluxos financeiros do sector portuário ascenderam a 53.499 milhares de euros até final de setembro de 2015, o que supõe uma execução de 73% face ao valor orçamentado para o ano de 2015 e um crescimento homólogo de 2%, refletindo a tendência global de aumento das toneladas movimentadas nos terminais concessionados dos portos em análise.

2. Factos relevantes

2.1 Sector Energético

2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural

Durante o 3.º trimestre de 2015, foi publicado um conjunto de diplomas legais com incidência nas atividades reguladas dos sectores elétrico e do gás natural, em particular naquelas atividades sujeitas a concessões do Estado, que importam nomear:

- Portaria n.º 202/2015, de 13 de julho, que estabelece o regime remuneratório aplicável à produção de energia renovável de fonte ou localização oceânica por centros eletroprodutores com recurso a tecnologias em fase de experimentação ou pré-comercial.
- Portaria n.º 221/2015, de 24 de julho, que altera os parâmetros e o limite máximo da remuneração do serviço de interruptibilidade e os requisitos para a prestação do mesmo serviço.
- Regulamento (UE) 2015/1222 da comissão, de 24 de julho de 2015, que estabelece orientações para a atribuição de capacidade e a gestão de congestionamentos. Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 714/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, relativo às condições de acesso à rede para o comércio transfronteiriço de eletricidade.
- Regulamento (UE) 2015/1017 do PE e do Conselho, de 25 de junho de 2015, que cria o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, a Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento e o Portal Europeu de Projetos de Investimento e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1291/2013 e (UE) n.º 1316/2013 — Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos.
- Portaria n.º 225/2015, de 30 de julho, da qual consta a primeira alteração à Portaria n.º 288/2013, de 20 de setembro que estabelece o procedimento de elaboração do estudo sobre os impactos de medidas e eventos extra mercado registados no âmbito da União Europeia e os seus efeitos redistributivos nas diversas rubricas de proveitos que influem nas tarifas de energia elétrica, e o mecanismo de repartição dos custos de interesse económico geral a suportar pelos produtores de energia em regime ordinário e outros produtores não enquadrados no regime de remuneração garantida.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2015, de 30 de julho, que cria o Instrumento Financeiro para a Energia no âmbito do Portugal 2020.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, que aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de

estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas.

- Decisão sobre a certificação da RNT, sobre a verificação do cumprimento das condições de certificação do Operador da RNT e do Operador da RNTGN.
- Diretiva n.º 14/2015 - Diário da República n.º 153/2015, Série II de 2015-08-07, que contém Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de energia elétrica em Portugal continental.
- Diretiva n.º 13/2015 - Diário da República n.º 153/2015, Série II de 2015-08-07, que define perfis de consumo de gás natural e consumos médios diários aprovados pela ERSE para vigorarem no ano gás 2015-2016.
- Despacho n.º 8809/2015, de 10 de agosto, que aprova o Plano de Ação para a Mobilidade Elétrica.
- Despacho n.º 8810/2015, de 10 de agosto, que estabelece a disciplina da interrupção da produção em regime especial que beneficie de um regime de apoio à remuneração, dando concretização ao disposto nas secções 3.6.14, 3.6.15 e 3.7.6 do Regulamento da Rede de Transporte (RRT) e na secção 4.4.8 do Regulamento da Rede de Distribuição (RRD).
- Portaria n.º 237/2015, de 12 de agosto, que altera a Portaria n.º 278 -C/2014, de 29 de dezembro, que estabelece os procedimentos e as demais condições necessários à atribuição, aplicação e manutenção da tarifa social estabelecida no Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 172/2014, de 14 de novembro. Mantém transitoriamente o pedido de tarifa social por declaração de honra.
- Portaria n.º 241/2015, de 12 de agosto, que estabelece os requisitos técnicos a que fica sujeita a atribuição de licença para o exercício da atividade de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica, bem como algumas regras procedimentais aplicáveis à instrução do respetivo requerimento.
- Portaria n.º 240/2015, de 12 de agosto, que fixa o valor das taxas devidas pela apreciação do pedido, e efetivação, do registo de comercialização de eletricidade para a mobilidade elétrica, pela emissão da licença de operação de pontos de carregamento e pela realização das inspeções periódicas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, alterado pela Lei n.º 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e pelos Decretos-Lei n.ºs 170/2012, de 1 de agosto, e 90/2014, de 11 de junho.
- Portaria n.º 643/2015, de 21 de agosto, que estabelece as percentagens das participações sociais das sociedades na empresa MIBGAS, S. A., sociedade autorizada a atuar como entidade gestora do mercado organizado de gás, a contado, no âmbito da criação do Mercado Ibérico do Gás Natural (MIBGAS).

- Decreto-Lei n.º 178/2015, de 27 de agosto, que procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 104/2010, de 29 de setembro, 78/2011, de 20 de junho, 75/2012, de 26 de março, 112/2012, de 23 de maio, e 215-A/2012, de 8 de outubro, que estabelece regras comuns para o mercado interno de eletricidade. Altera o regime de transferência intertemporal relativo aos sobrecustos com a produção em regime especial.

2.2 Sector Portuário

2.2.1 Processo de renegociação dos contratos de concessão portuária

Na sequência da nomeação (no 1.º trimestre de 2014) das comissões de negociação dos contratos de concessão portuária das administrações portuárias do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa e de Setúbal², foi dada continuidade aos trabalhos de negociação dos contratos de concessão cujo *terminus* se prolonga para além de 31 de Dezembro de 2020, tendo em vista a redução da “fatura portuária” que recai sobre a economia portuguesa.

Neste contexto, e após a identificação, durante a fase inicial do processo negocial, de 5 concessões cujos contratos apresentam maior potencial de otimização e consequente redução de encargos para a economia, foram levadas a cabo, no trimestre em apreço, diversas reuniões envolvendo não só as respetivas administrações portuárias, mas também os representantes das entidades concessionárias.

2.3 Sector dos Transportes Públicos

2.3.1 Lançamento do concurso público de subconcessão dos sistemas de transporte do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris)

No âmbito do concurso lançado para a subconcessão dos serviços de transporte da Carris e do ML, no 2.º trimestre foi decidida a adjudicação da subconcessão de ambos os sistemas de transporte à Corporación Española de Transporte, uma empresa do grupo Avanza. Neste sentido, no trimestre em apreço, e após o conhecimento (a 28 de agosto de 2015), da decisão da Autoridade da Concorrência quanto à sua não oposição à referida operação de concentração – por considerar que a mesma não cria entraves significativos à concorrência no mercado –, foi celebrado (no dia 23 de setembro de 2015) o respetivo contrato de subconcessão dos serviços de transportes da Carris e do ML com o referido adjudicatário, tendo o mesmo sido submetido à apreciação do Tribunal de Contas.

² Através do Despacho n.º 4550-A/2014, de 26 de março, do Coordenador da UTAP, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 61, de 27 de março de 2014.

2.3.2 Concurso público da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. e Sistemas de Transporte da Metro do Porto, S.A.

Com vista à abertura à iniciativa privada dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Sociedade Transportes Coletivos do Porto, S.A. (“STCP”) e Metro do Porto, S.A. (“MP”), foi lançado, em agosto de 2014, um concurso público para a subconcessão dos respetivos sistemas de transporte.

O referido procedimento concursal lançado pela MP e pela STCP, por vicissitudes entretanto ocorridas, não culminou na entrada em vigor dos respetivos contratos de subconcessão. Assim, e com vista a garantir a exploração dos referidos sistemas de transporte, com eficiência e minimização dos custos para o Estado, em 24 de agosto de 2015, por despacho conjunto de Suas Exas. a Secretária de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações³, foram aprovadas as peças do procedimento pré contratual para as subconcessões dos sistemas de transporte da MP e da STCP, nos termos propostos pelos conselhos de administração das empresas envolvidas.

No âmbito do referido procedimento, e ainda no trimestre em análise, os conselhos de administração da STCP e da MP aprovaram a proposta de adjudicação à Alsa – Metropolitana do Porto, Lda. e à Transdev Porto - Subconcessão do Metro, S.A., respetivamente, de subconcessão da operação por 10 anos. Os respetivos contratos de subconcessão não foram ainda assinados, aguardando a pronúncia da Autoridade da Concorrência.

2.4 Sector das Águas e Resíduos

2.4.1 Novo Modelo organizacional do Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP)

No seguimento do programa do XIX Governo, foram reorganizadas as operações do Grupo AdP, através da agregação de 19 empresas em 5 entidades gestoras às quais acresce a EPAL, passando as entidades agora reorganizadas a denominar-se Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo (sistema operado em regime de gestão delegada pela EPAL), Águas Públicas do Alentejo e a Águas do Algarve.

Esta reorganização teve como objetivos, por um lado, promover a obtenção de economias de escala de forma a garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental dos serviços, e, por outro lado, assegurar uma maior equidade territorial e coesão social, através da redução da disparidade tarifária que resulta, não só de questões territoriais, mas também das especificidades dos diferentes sistemas.

³ Despacho n.º 9660-A/2015, de 21 de agosto, publicado no Diário da República n.º 164, 2.ª série, de 24 de agosto de 2015.

A Águas do Norte, a Águas do Centro Litoral e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, encontram-se já em atividade, depois de, a 30 de junho de 2015, se terem realizado as primeiras assembleias gerais. Com o início da atividade das empresas supra mencionadas dá-se por terminada a reorganização territorial quer em termos de abastecimento de água, quer em termos de saneamento de águas residuais.

2.4.2 Reprivatização da Empresa Geral de Fomento (“EGF”)

Durante o trimestre em análise, foi concluída a transmissão das ações representativas de 95% do capital social da EGF, pela Águas de Portugal, SGPS, S.A. e pela Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A. à SUMA Tratamento, S.A., no âmbito do processo de reprivatização da EGF⁴, iniciado durante o 1.º trimestre de 2014. Esta transmissão apenas ocorreu após ser conhecida a decisão favorável da Autoridade da Concorrência.

2.5 Outros sectores

2.5.1 Oceanário de Lisboa

Através do Decreto-Lei n.º 42/2015, de 26 de março, o exercício da atividade de exploração e administração do equipamento Oceanário de Lisboa foi qualificado como serviço público, tendo sido também estabelecido que esse serviço público seria exercido em regime de exclusivo, a adjudicar nos termos de um contrato de concessão de serviço público. Em 15 de maio foram aprovadas⁵ as bases da concessão do equipamento Oceanário de Lisboa, tendo sido adjudicada a respetiva concessão à empresa Oceanário de Lisboa, S.A., por um período de 30 anos, a qual fica responsável pelas atividades de exploração e administração do equipamento, em regime de exclusividade, permitindo assim garantir a manutenção da propriedade do equipamento no domínio do Estado.

No âmbito do processo de dissolução e liquidação da sociedade Parque EXPO 98, foi proposta ao Governo a alienação da totalidade das ações representativas do capital social da Oceanário de Lisboa, S. A.⁶, de forma a minimizar o esforço financeiro do acionista Estado e visando, como objetivo final, a dissolução e liquidação da Parque EXPO 98, S.A.

Neste contexto, no 2.º trimestre de 2015, por Resolução do Conselho de Ministros⁷ foi determinado o início do procedimento tendente à venda, em bloco e por negociação particular, pela Parque EXPO 98, S.A., das ações representativas da totalidade do capital

⁴ Consultar o Boletim das Concessões referente ao 3.º Trimestre de 2014 para informação mais detalhada acerca do processo de reprivatização da EGF.

⁵ Através do Decreto-Lei n.º 82/2015, de 15 de maio.

⁶ Empresa responsável pela exploração, desde 1998, do equipamento Oceanário de Lisboa (propriedade do Estado Português), cujo capital social era integralmente detido pela Parque EXPO 98, S.A..

⁷ Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2015, de 16 de abril.

social da Oceanário de Lisboa, S.A.. No âmbito do referido procedimento de negociação particular, a 12 de junho foram apresentadas cinco propostas vinculativas.

Consequentemente, no trimestre em análise, e com base no relatório fundamentado da Parque EXPO 98, S.A., foi decidido pelo Conselho de Ministros, em 2 de julho⁸, “*autorizar a Parque EXPO 98, S. A. (em liquidação), a alienar, em bloco, as ações representativas da totalidade do capital social da Oceanário de Lisboa, S. A., nos termos da proposta apresentada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S. A.*”. Desta forma, em 15 de julho foi assinado o respetivo contrato de alienação das ações da Oceanário de Lisboa S.A. à Sociedade Francisco Manuel dos Santos. A proposta apresentada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. foi considerada de mérito superior designadamente em virtude da qualidade do projeto estratégico apresentado e da maximização do encaixe financeiro.

⁸ Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44-A/2015, de 2 de julho.

3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário

3.1 Tipologia dos fluxos financeiros

Na presente secção são descritos os fluxos financeiros do sector público relativos às concessões portuárias atribuídas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines.

Os fluxos financeiros apresentados referem-se, essencialmente, às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos referidos portos, tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão em vigor entre estas e as autoridades portuárias (as entidades públicas a quem foi atribuída a responsabilidade pela administração dos portos) em causa.

Deve salientar-se que nos fluxos financeiros apresentados não foram considerados quaisquer investimentos realizados pelas Autoridades Portuárias, ainda que indiretamente relacionados com estas concessões. Relativamente às receitas obtidas, estas dizem respeito a pagamentos constituídos por uma componente fixa (podendo esta ser, no todo ou em parte, ajustada tendo por base o IPC) e/ou variável, sendo esta última tipicamente calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais e de acordo com o definido contratualmente.

3.2 Evolução dos fluxos financeiros

3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros acumulados

Até setembro de 2015, as receitas das administrações portuárias referentes aos terminais portuários concessionados registaram, em termos globais, um acréscimo de 2% face ao período homólogo de 2014, ascendendo a 53.499 milhares de euros, merecendo particular destaque a evolução da receita acumulada relativa às administrações portuárias de Sines e de Aveiro, com crescimentos de 10% e 5%, respetivamente.

Esta evolução encontra-se em linha com a tendência de crescimento a que se assistiu no movimento global de mercadorias dos terminais concessionados, registando-se, nos primeiros 9 meses de 2015, um aumento homólogo de 12% no total de mercadorias movimentadas nos portos em análise.

Neste contexto, importa ainda mencionar que os valores apresentados dizem respeito aos montantes efetivamente recebidos (e não apenas faturados) pelas administrações portuárias, pelo que a sua comparabilidade poderá encontrar-se afetada por eventuais diferenças ao nível da cadência de pagamentos das concessionárias. Esta situação justifica, designadamente, a variação dos fluxos financeiros no caso da administração portuária do porto do Douro e Leixões, onde a evolução das receitas portuárias foi inversa à registada na movimentação de mercadorias.

Quadro 2 – Receitas acumuladas da administração portuária até setembro de 2015 e de 2014

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	AC 2015	Peso no Total (AC 2015)	AC 2014	AC 2015 /AC 2014	2015 P	% Execução
Douro e Leixões	21.372	40%	21.808	-2%	28.077	76%
Sines	14.741	28%	13.404	10%	18.886	78%
Lisboa	12.074	23%	12.011	1%	18.935	64%
Setúbal	4.953	9%	5.015	-1%	6.780	73%
Aveiro	359	1%	342	5%	460	78%
Total	53.499	100%	52.580	2%	73.138	73%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

Quadro 3 – Movimento de Carga Total acumulado das concessões portuárias até setembro de 2015 e de 2014

Valores em toneladas

Sector Portuário	AC 2015	Peso no Total (AC 2015)	AC 2014	AC 2015 /AC 2014
Douro e Leixões	13.666.161	24%	13.447.804	2%
Sines	31.632.395	55%	26.045.673	21%
Lisboa	7.776.035	14%	7.754.361	0%
Setúbal	3.548.122	6%	3.431.758	3%
Aveiro	483.355	1%	515.719	-6%
Total	57.106.068	100%	51.195.315	12%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

Tal como se constata no *Quadro 2* anterior, para a evolução homóloga verificada nos fluxos financeiros reportados relativamente aos primeiros nove meses de 2015, contribuiu o comportamento positivo das rendas recebidas pelas administrações dos portos de Sines, de Aveiro e de Lisboa, destacando-se, sobretudo, o crescimento registado no caso do porto de Sines – da ordem dos 10% –, que se ficou a dever essencialmente a uma intensificação do movimento de mercadorias nos terminais concessionados, na ordem dos 21%.

Relativamente ao porto de Aveiro, verifica-se que o aumento das receitas da administração portuária, na ordem dos 5%, é explicado em grande medida pelo aumento das rendas relativas ao Serviço de Reboque, explicado, por um lado, pelo facto de o respetivo contrato de concessão ter entrado em vigor apenas a 1 de fevereiro de 2014, pelo que o valor reportado no 1.º trimestre de 2014 se refere apenas aos meses de fevereiro e março, e, por outro lado, pelo acerto na renda variável que, conforme previsto no contrato, é atualizada anualmente em função dos rendimentos obtidos pelo concedente.

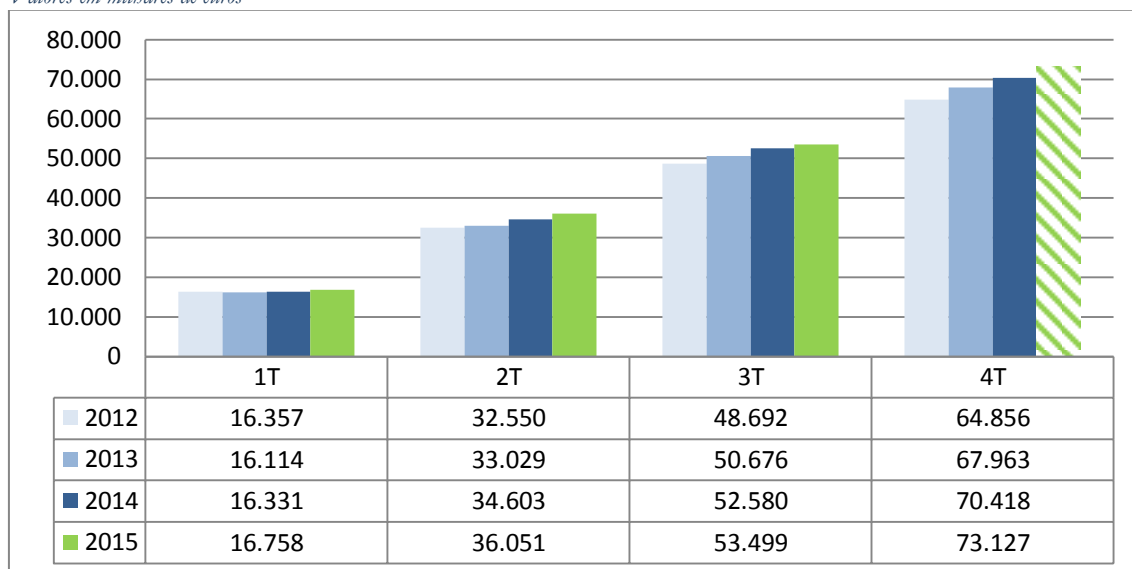
No porto de Lisboa registou-se um ligeiro incremento das receitas portuárias, de 1%, em linha com a evolução observada ao nível do movimento de mercadorias nos terminais

concessionados deste porto. Salienta-se ainda que entrou em vigor no 2.º trimestre de 2015 o novo contrato de concessão relativo ao Terminal Multipurpose de Lisboa⁹, o qual prevê a realização de três pagamentos fixos anuais, entre 2015 e 2017, a não existência de valores fixos mensais e o cálculo do pagamento dos valores variáveis com base em valores de movimentação anuais.

No *Gráfico 1* seguinte apresenta-se a evolução das receitas acumuladas com as concessões portuárias por trimestre desde 2012, bem como os valores orçamentados para 2015, sendo possível constatar uma tendência de ligeira melhoria das receitas acumuladas anuais, a qual deverá ser de certa forma reflexo da evolução positiva que se tem vindo a registar ao nível da movimentação global de mercadorias nos portos objeto de análise.

Gráfico 1 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2012 a 2015

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Nota: A zona sombreada a verde no 4.º trimestre de 2015 corresponde ao valor total previsto para 2015.

⁹ Este terminal esteve concessionado à Operlis – Gestão e Operação Portuária, S.A. até abril de 2015, altura em que foi celebrado um novo contrato de concessão com a TSA - Terminal de Santa Apolónia, Lda.

3.2.2 Evolução dos fluxos financeiros do trimestre

No 3.º trimestre de 2015, as receitas das Administrações Portuárias referentes aos terminais portuários concessionados registaram, em termos globais, um decréscimo de 3% face ao trimestre homólogo de 2014, ascendendo a 17.448 milhares de euros. Esta evolução é inversa à linha de tendência de crescimento a que se assistiu no movimento global de mercadorias dos terminais concessionados, permitida pelo crescimento observado nos portos de Lisboa, do Douro e Leixões e de Sines, face ao período homólogo anterior (ver *Quadro 5* seguinte).

Quadro 4 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias do 3º trimestre de 2015 e 2014

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T 2015	2T 2015	3T 2015	AC 2015	Peso no Total (3T)	3T 2014	Δ 3T2015 / 3T2014	2015 P	% Execução
Douro e Leixões	7.558	7.472	6.341	21.372	36%	6.567	-3%	28.077	76%
Sines	3.836	5.283	5.621	14.741	32%	5.199	8%	18.886	78%
Lisboa	3.688	4.701	3.685	12.074	21%	4.384	-16%	18.935	64%
Setúbal	1.555	1.717	1.680	4.953	10%	1.696	-1%	6.780	73%
Aveiro	120	119	121	359	1%	132	-9%	460	78%
Total	16.758	19.293	17.448	53.499	100%	17.978	-3%	73.138	73%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Quadro 5 – Movimento de Carga Total acumulado das concessões portuárias do 3º trimestre de 2015 e 2014

Valores em toneladas

Sector Portuário	1T 2015	2T 2015	3T 2015	AC 2015	Peso no Total (3T)	3T2014	AC 2014	Δ 3T2015 / 3T2014
Douro e Leixões	4.440.800	4.673.866	4.551.495	13.666.161	23%	4.430.735	13.447.804	3%
Sines	9.463.445	11.149.251	11.019.699	31.632.395	57%	9.747.940	26.045.673	13%
Lisboa	2.486.286	2.632.345	2.657.404	7.776.035	14%	2.584.810	7.754.361	3%
Setúbal	1.151.971	1.314.686	1.081.465	3.548.122	6%	1.159.453	3.431.758	-7%
Aveiro	181.627	160.757	140.971	483.355	1%	174.419	515.719	-19%
Total	17.724.129	19.930.905	19.451.034	57.106.068	100%	18.097.357	51.195.315	7%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como se constata no *Quadro 4* anterior, para a evolução verificada nos fluxos financeiros reportados relativamente ao 3.º trimestre de 2015, face ao período homólogo, contribuiu o comportamento negativo das rendas recebidas pelas administrações dos portos de Lisboa, de Aveiro, do Douro e Leixões e de Setúbal, destacando-se, sobretudo, o decréscimo registado no caso do porto de Lisboa – da ordem dos 16% –, que se ficou a dever essencialmente a questões relacionadas com a diferente temporalidade dos fluxos

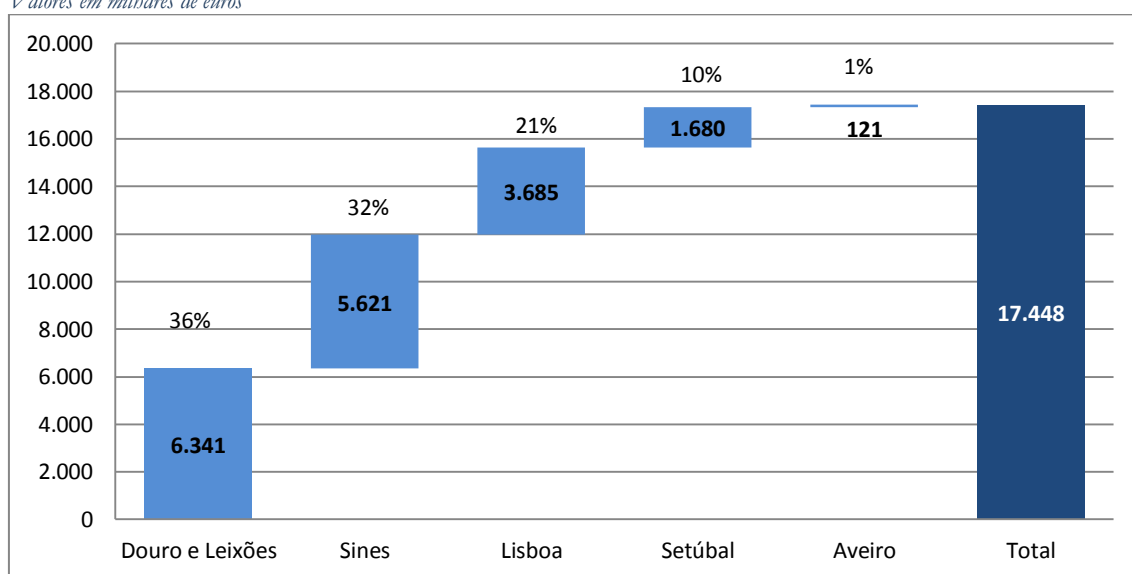
financeiros, uma vez que ao nível das quantidades movimentadas a evolução homóloga foi positiva.

O porto do Sines constitui a exceção à tendência negativa observada nas receitas portuárias, registando-se, neste caso, um aumento das receitas de 8%, face ao 3º trimestre de 2014, em linha com a evolução positiva do movimento de mercadorias nos terminais concessionados deste porto.

No trimestre em análise, os terminais portuários concessionados do porto do Douro e Leixões mantiveram a sua posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do sector portuário, tendo sido responsáveis por cerca de 36% destas, seguindo-se em termos de ordem de importância os terminais portuários concessionados dos portos de Sines e de Lisboa, com pesos relativos de 32% e 21%, respetivamente (ver *Gráfico 2* seguinte).

Gráfico 2 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por administração portuária no 3.º trimestre de 2015

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como se verifica no *Quadro 6* seguinte, o porto de Sines foi o único que registou um acréscimo das receitas em comparação com o trimestre homólogo de 2014 (da ordem dos 8%), facto explicado, em grande medida, por uma intensificação do movimento de mercadorias nos terminais concessionados, principalmente ao nível do número de toneladas movimentadas em todos os terminais: no Terminal XXI de contentores, na ordem dos 14%, no Terminal Multipurpose e no Terminal de Granéis Líquidos, na ordem dos 13%.

Relativamente ao porto de Setúbal, apesar do decréscimo registado ao nível do movimento global de mercadorias (em 7%), as receitas da respetiva administração portuária decresceram apenas aproximadamente 1%, o que pode ser explicado parcialmente, pela ligeira redução das tarifas variáveis e fixas (em 0,36%), no seguimento da atualização das mesmas nos moldes do previsto contratualmente para o ano de 2015, bem como pela diferente temporalidade dos fluxos financeiros, destacando-se, a este respeito, uma alteração temporal num acerto relativo à movimentação de carga geral do Terminal Multiusos Zona 1 (efetuada no último dia do fim do trimestre anterior).

No caso concreto dos portos do Douro e Leixões, o valor das rendas auferidas pela respetiva administração portuária, decresceu cerca de 3%, no trimestre em apreço face ao registado no período homólogo anterior, destacando-se, pelo seu peso no total das rendas portuárias do 3.º trimestre de 2015, o Terminal de Contentores de Leixões, o Terminal de Carga a Granel de Leixões e o Terminal de Produtos Petrolíferos, os quais, em conjunto, representaram cerca de 95% das referidas rendas.

No que diz respeito ao porto de Lisboa, e quando comparado o 3.º trimestre de 2015 com o período homólogo de 2014, verifica-se um decréscimo das receitas da administração portuária, na ordem dos 16%, consequência, principalmente, do decréscimo nas receitas no Terminal Multiusos do Beato, no Terminal de Contentores de Alcântara e no Terminal Multipurpose de Lisboa.

Por fim, e no que concerne ao porto de Aveiro, conclui-se que o decréscimo (de 9%) das rendas no 3.º trimestre de 2015, face a igual período de 2014, decorreu fundamentalmente da redução das rendas relativas ao Serviço de Reboque, explicado pelo facto de o valor reportado incluir um acerto na renda variável, previsto contratualmente, uma vez que esta componente da renda é atualizada anualmente em função dos rendimentos obtidos pelo concedente.

No quadro seguinte apresenta-se o valor das receitas auferidas pelas administrações portuárias em cada um dos seus terminais concessionados.

Quadro 6 – Receitas da administração portuária por concessão

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2015	2T2015	3T2015	AC 2015	Peso no Total (3T)	3T2014	Δ 3T2015 / 3T2014	2015 P	% Execução
Douro e Leixões									
Terminal de Contentores de Leixões	4.406	4.466	3.520	12.391	20%	3.615	-3%	16.634	74%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	1.064	963	863	2.890	5%	853	1%	3.406	85%
Silos de Leixões	41	52	48	142	0%	59	-18%	203	70%
Terminal Produtos Petrolíferos	1.671	1.624	1.623	4.918	9%	1.645	-1%	6.296	78%
Terminal de Granéis Líquido Alimentares	24	24	24	71	0%	24	-2%	94	75%
Terminal Expedição de Cimento a Granel	165	165	165	496	1%	165	0%	661	75%
Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	22	32	61	115	0%	45	36%	158	73%
Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	14	0	14	27	0%	14	-2%	28	100%
Exploração Turística-Hoteleira	128	128	0	257	0%	129	-100%	513	50%
Exploração Restaurante e Bar	18	18	18	55	0%	18	2%	74	75%
Marina de Gaia	5	0	5	11	0%	0	N.A.	11	100%
Subtotal Douro e Leixões	7.558	7.472	6.341	21.372	36%	6.567	-3%	28.077	76%
Aveiro									
Terminal Sul Aveiro	92	91	85	267	0%	90	-6%	348	77%
Serviço de Reboque Aveiro	28	28	36	92	0%	42	-14%	112	83%
Subtotal Aveiro	120	119	121	359	1%	132	-9%	460	78%
Lisboa									
Terminal de Contentores de Alcântara	635	231	745	1.611	4%	1.107	-33%	4.085	39%
Terminal de Contentores de Santa Apolónia	1.520	1.585	1.857	4.961	11%	1.738	7%	7.529	66%
Terminal Multipurpose de Lisboa	263	1.562	0	1.825	0%	273	-100%	1.083	168%
Terminal Multiusos do Beato	345	349	214	908	1%	361	-41%	1.023	89%
Terminal Multiusos do Poço do Bispo	231	222	168	621	1%	236	-29%	1.016	61%
Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	180	251	244	675	1%	217	12%	1.480	46%
Terminal de Granéis Alimentares da Beato	225	180	173	578	1%	235	-26%	823	70%
Terminal de Granéis Alimentares de Palença	185	203	158	545	1%	113	39%	1.105	49%
Terminal do Barreiro	30	33	37	100	0%	35	4%	295	34%
Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	62	78	80	220	0%	59	35%	461	48%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	12	9	9	30	0%	9	0%	36	83%
Subtotal Lisboa	3.688	4.701	3.685	12.074	21%	4.384	-16%	18.935	64%
Setúbal									
Terminal Multiusos Zona 1	495	595	534	1.623	3%	520	3%	2.157	75%
Terminal Multiusos Zona 2	931	984	999	2.914	6%	1.027	-3%	4.113	71%
Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	88	100	102	289	1%	108	-6%	352	82%
Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	41	39	46	127	0%	41	12%	159	80%
Subtotal Setúbal	1.555	1.717	1.680	4.953	10%	1.696	-1%	6.780	73%
Sines									
Terminal Contentores de Sines XXI	318	1.766	2.048	4.132	12%	1.657	24%	4.871	85%
Terminal Multipurpose de Sines	1.136	1.127	1.185	3.448	7%	1.164	2%	4.544	76%
Terminal de Petroleiro e Petroquímico	105	105	109	319	1%	97	12%	401	79%
Serviço de Reboque e Amarração Sines	210	219	212	641	1%	213	0%	802	80%
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	2.067	2.067	2.067	6.201	12%	2.067	0%	8.268	75%
Subtotal Sines	3.836	5.283	5.621	14.741	32%	5.199	8%	18.886	78%
Total	16.758	19.293	17.448	53.499	100%	17.978	-3%	73.138	73%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

4. Anexos

Quadro 7 – Identificação das concessões das Águas

Concessões Águas	Ano de início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Águas do Algarve	2001	30	580
Águas do Norte ⁽³⁾	2015	30	1906
Águas do Centro Litoral ⁽³⁾	2015	30	598
Águas de Lisboa e Vale do Tejo ⁽³⁾	2015	30	1923
Águas de St.º André	2001	30	97
Águas Públicas Alentejo, S.A. ⁽²⁾	2009	50	65
Águas da Região de Aveiro, S.A. ⁽²⁾	2009	50	147
TOTAL			5.316

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2014.

⁽²⁾ Parcerias Estado-Autarquias.

⁽³⁾ Foram criados novos sistemas multimunicipais de abastecimento e saneamento, par mais informação ver ponto 2.2.1.

Quadro 8 – Identificação das concessões dos Resíduos

Concessões Resíduos	Ano de início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Algar	1996	38	127
Amarsul	1997	37	116
Ersuc	1997	37	169
Resiestrela	2003	31	36
Resinorte	2009	25	167
Resulima	1996	38	26
Suldouro	1996	38	83
Valnor	2001	33	69
Valorlis	1996	38	56
Valorminho	1996	38	13
Valorsul	2010	24	352
Total			1.214

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2014.

Quadro 9 – Identificação das concessões no sector dos Portos

	Sector Portuário	Concessionário	Ano	Prazo	Invest. Concessão ¹	Invest. Concedente ¹
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	TCL - Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	48	
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	TCGL - Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	28	
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, Unipessoal Lda	2007	25	3	
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.	
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.	299
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.	
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.	
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25 ⁽²⁾	n.d.	
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.	
Aveiro	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portugália, SA	2000	20	n.d.	
	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	7	128
Lisboa*	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2014	5	0	
	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1984	⁽³⁾	35	
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2000	20	40	
	Terminal Multipurpose de Lisboa	TSA - Terminal de Santa Apolónia, Lda ⁽⁴⁾	2015	6	n.d.	
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	7	
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4	
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	4	336
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	3	
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1996	30	87	
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	2	
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	23	
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	0	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	9	
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	12	31
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Sapec - Terminais Portuários, SA	1995	25	10	
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Sapec - Terminais Portuários, SA	2003	25	3	
Sines	Terminal Contentores de Sines	PSA Sines - Terminais de Contentores, SA	1999	30	136	
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	83	
	Terminais Petroléiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10 + 5	4	111
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	22	
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão Integrada de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	8	
Total					578	905

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

⁽²⁾ O contrato foi prorrogado até 2015.

⁽³⁾ O prazo desta concessão, originalmente fixado em 20 anos, foi estendido até 2042 por via do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro. Este diploma foi revogado pela Lei n.º 14/2010 de 23 de julho. No entanto, em 3.03.2014 foi proferido pelo Tribunal Constitucional o Acórdão n.º 202/2014, que julga inconstitucionais as normas constantes da Lei n.º 14/2010, de 23 de julho em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade.

⁽⁴⁾ No seguimento do concurso lançado pela Administração do Porto de Lisboa, S.A., em 6 de abril último foi assinado um novo contrato de concessão, com a TSA Terminal de Santa Apolónia, Lda..

Quadro 10 – Identificação das concessões para o Gás Natural

Concessões Energia - Gás Natural	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural (Carriço / Pombal)	Transgás Armazenagem, S.A.	2006	40	15
Distribuição Regional de Gás Natural de Lisboa	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, S.A.	2008	40	65
Distribuição Regional de Gás Natural do Centro	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, S.A.	2008	40	51
Distribuição Regional de Gás Natural do Sul	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A.	2008	40	29
Distribuição Regional de Gás Natural do Norte	EDP Gás Distribuição, S.A.	2008	40	135
Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL (Sines)	REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	40	194
Receção e Armazenamento Subterrâneo Gás Natural (Carriço / Pombal)	REN Armazenagem, S.A.	2006	40	45
Distribuição Regional de Gás Natural da Região do Centro Interior	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, S.A.	2008	40	18
Distribuição Regional de Gás Natural do Vale do Tejo	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, S.A.	2008	40	20
Transporte de Gás Natural através da Rede Nacional Transporte de Gás Natural (alta pressão)	REN Gasodutos, S.A.	2006	40	164
TOTAL				737

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 11 – Identificação das concessões para a Eletricidade

Concessões Energia - Eletricidade	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	2.426
Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2009	35	4.608
Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas do Mar»	Enondas, Energia das Ondas, SA	2010	45	2
TOTAL				7.974

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 12 – Identificação da concessão Hídrica

Concessões Hídricas	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Barragem de Foz Tua	EDP, S.A.	2011	79	140
Barragem Girabolhos	Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Lda.	2013	65 ⁽²⁾	0
Barragem Alto Tâmega	Iberdrola Generación S.A.U.	2014	70 ⁽²⁾	0
TOTAL				140

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

⁽²⁾ A contar a partir da data de entrada em exploração e não do início do contrato de concessão

Quadro 13 – Identificação da concessão Aeroportuária

Concessões Aeroportuárias	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Concessão de aeroportos	ANA - Aeroportos de Portugal, S.A	2012	50	n.d.

Fonte: UTAP, a partir de dados constantes do DRE

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 14 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 3.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Sector Portuário		1T2015	2T2015	3T2015	Peso no Total (3T)	3T2014	AC 2014	Δ 3T2015 / 3T2014	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado)	Contentores	1.974	1.753	1.030	0%	1.389	-26%	
		Carga Geral e Granéis	451.775	565.743	377.032	2%	410.412	-8%	
		Outros	6.513	5.964	5.631	0%	3.514	60%	
		Subtotal	460.262	573.460	383.693	2%	415.315	-8%	
	Terminal Multiusos Zona 2 (SADOPORT)	Contentores	288.001	323.822	316.968	2%	250.176	27%	
		Carga Geral + Outros	186.824	196.350	126.403	1%	240.562	-47%	
		Subtotal	474.825	520.172	443.371	2%	490.738	-10%	
	Terminal de Granéis Sólidos (Sapac)	Granéis	161.866	180.596	191.083	1%	191.082	644.178	0%
	Terminal de Granéis Líquidos (Sapac)	Granéis	55.018	40.458	63.318	0%	62.318	219.224	2%
	Subtotal Setúbal	1.151.971	1.314.686	1.081.465	6%	1.159.453	1.942.923	-7%	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	1.455.463	1.473.860	1.531.380	8%	1.620.919	6.514.320	-6%	
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	1.002.861	911.258	706.325	4%	752.765	3.261.163	-6%	
	Silos de Leixões	143.167	179.596	165.925	1%	203.411	797.425	-18%	
	Terminal Produtos Petrolíferos	1.819.721	2.091.731	2.123.301	11%	1.831.766	7.774.451	16%	
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	2.999	-	-	0%	4.002	7.005	-100%	
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	15.260	12.475	16.926	0%	12.191	39.573	39%	
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	1.329	4.946	7.638	0%	5.681	11.446	34%	
	Subtotal Douro e Leixões	4.440.800	4.673.866	4.551.495	23%	4.430.735	18.405.383	3%	
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	548.749	591.101	618.647	3%	563.138	2.027.468	10%	
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	455.347	461.245	388.924	2%	520.523	2.036.911	-25%	
	Terminal Multipurpose de Lisboa	112.328	220.198	277.709	1%	121.373	477.111	129%	
	Terminal Multiusos do Beato	131.653	96.295	79.295	0%	154.998	639.044	-49%	
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	183.941	175.692	151.088	1%	170.683	675.874	-11%	
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	319.197	337.829	376.331	2%	336.026	1.405.216	12%	
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	109.660	132.057	162.383	1%	156.479	577.928	4%	
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	316.518	280.774	275.794	1%	262.027	1.267.056	5%	
	Terminal do Barreiro	174.924	154.499	181.690	1%	174.661	832.162	4%	
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	133.969	182.655	145.543	1%	124.902	538.354	17%	
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	-	-	-	-	-	-	N.A.	
Subtotal Lisboa	2.486.286	2.632.345	2.657.404	14%	2.584.810	10.477.124	3%		
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	181.627	160.757	140.971	1%	174.419	708.791	-19%	
	Subtotal Aveiro	181.627	160.757	140.971	1%	174.419	10.477.124	-19%	
Sines	Terminal de Contentores (TXXI)	3.314.465	4.731.162	4.245.758	22%	3.739.918	14.475.887	14%	
	Terminal Multipurpose	1.395.229	1.537.641	1.774.876	9%	1.566.172	5.034.539	13%	
	Terminal de Granéis Líquidos	4.753.751	4.880.448	4.999.065	26%	4.441.850	16.111.265	13%	
	Subtotal Sines	9.463.445	11.149.251	11.019.699	57%	9.747.940	35.621.691	13%	
Total		17.724.129	19.930.905	19.451.034	100%	18.097.357	69.830.095	7%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.

Nota: ⁽¹⁾ Inclui carga fracionada, carga contentorizada, Ro-Ro, graneis sólidos e graneis líquidos.

Quadro 15 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 3.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga

Valores em TEU

Sector Portuário		1T2015	2T2015	3T2015	Peso no Total (3T)	3T2014	Δ 3T2015 / 3T2014
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara - Liscont	50.357	54.908	58.326	9%	56.603	3%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia- Sotagus	41.770	51.662	38.029	6%	49.035	-22%
	Terminal Multiporpose de Lisboa - Operlis	12.750	1.184	-	0%	13.915	-100%
	Terminal Multiporpose de Lisboa - TSA	-	23.415	31.893	5%	-	N.A.
	Terminal Multiusos do Beato- TMB	11.695	4.056	557	0%	13.034	-96%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo - ETE	2.886	2.311	926	0%	3.685	-75%
	Terminal do Barreiro - Atlanport	-	-	5	0%	2	150%
Subtotal Lisboa		119.458	137.536	129.736	20%	136.274	-5%
Leixões	TCL - Terminal De Contentores De Leixões, S.A.	152.390	155.401	158.718	24%	169.099	-6%
	Subtotal Leixões	152.390	155.401	158.718	24%	169.099	-6%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado)	129	148	83	0%	97	-14%
	Terminal Multiusos Zona 2 (SADOPORT)	26.503	30.855	29.216	4%	24.017	22%
	Subtotal Setúbal	26.632	31.003	29.299	4%	24.114	22%
Sines	Terminal de Contentores (TXXI) - Sines	279.347	397.603	345.431	52%	330.051	5%
	Subtotal Sines	279.347	397.603	345.431	52%	330.051	5%
Total		577.827	721.543	663.184	100%	659.538	1%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.